

# TEIAS DE CUIDADO E ARTICULAÇÕES POLÍTICAS QUILOMBOLAS NO CONTEXTO DA COVID-19: REFLETINDO COM A COMUNIDADE QUILOMBOLA SUMIDOURO

## CARE NETWORKS AND POLITICAL ENGAGEMENTS OF QUILOMBOLA COMMUNITIES IN THE CONTEXT OF COVID-19: REFLETING WITH THE SUMIDOURO QUILOMBOLA COMMUNITY

**Clara Nabuco da Fonseca** | Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UnB. Pesquisadora associada ao Laboratório Matula - sociabilidades, diferenças e desigualdades.

Orcid: [0000-0002-9250-0525](https://orcid.org/0000-0002-9250-0525)

E-mail: nabuco.clara@gmail.com

**Isadora Fortes do Espírito Santo** | Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UnB. Licenciada em Ciências Sociais e estudante de bacharelado em Antropologia Social na UnB. Pesquisadora associada ao Laboratório Matula - sociabilidades, diferenças e desigualdades.

Orcid: [0009-0001-2039-572X](https://orcid.org/0009-0001-2039-572X)

E-mail: isadora.fortes@hotmail.com

### Resumo

Neste ensaio nos propomos a refletir sobre os modos de ser, fazer, resistir, existir e promover a vida das comunidades quilombolas (e tradicionais) evidenciados pela pandemia da covid-19, também diante a ameaça do então chefe do governo brasileiro, Jair Messias Bolsonaro. Reconhecemos no modo dentro da ética do cuidado (DE LA BELLACASA, 2020) e biointerativo (BISPO DOS SANTOS, 2015) fios éticos que costuram teias de cuidado para com todos os agentes humanos e não humanos que sustentam e possibilitam a vida nesses territórios. Para isso, partimos do encontro com a comunidade quilombola Sumidouro, que se deu através de trabalho etnográfico no decorrer de 2020 a 2023. Abordamos as experiências compartilhadas por algumas lideranças no que diz respeito ao enfrentamento da pandemia, suas consequências e a permanência de megaempreendimentos que ameaçam a vida tanto quanto o vírus. Por

fim, reforçamos que o vírus serviu para revelar com ênfase as práticas genocidas do Estado e do governo, e ativar ainda mais as redes de cuidado e de articulações políticas do movimento quilombola na luta pela garantia dos serviços e políticas de saúde.

**Palavras-chave:** covid-19, quilombo, saúde, biointeração, megaempreendimentos.

## Abstract

In this essay, we propose to reflect on the ways of being, doing, resisting, existing, and promoting life within quilombola (and traditional) communities highlighted by the covid-19 pandemic, as well as in the face of the threat posed by the then Brazilian government leader, Jair Messias Bolsonaro. We recognize within the ethics of care (DE LA BELLACASA, 2020) and biointeractive (BISPO DOS SANTOS, 2015) modes of ethical threads that weave webs of care for all human and non-human agents that sustain and enable life in these territories. To do so, we start from the encounter with the quilombola community of Sumidouro, which took place through ethnographic work from 2020 to 2023. We address the experiences shared by some leaders regarding the pandemic response, its consequences, and the persistence of mega-projects that threaten life as much as the virus. Finally, we emphasize that the virus served to reveal with emphasis genocidal practices of the State and government, and further activate the networks of care and political articulations of the quilombola movement in the struggle for the guarantee of health services and policies.

**Keywords:** covid-19, quilombo, care, biointeraction, mega-projects.

## Considerações iniciais

O tempo é força, entidade, fenômeno, ideia ou medida que, observado com cuidado, demonstra que a experiência de cada ser humano na Terra é única, já que o tempo



aparenta “passar diferente” e é percebido de forma distinta. Apesar de percebermos o tempo e termos sensações únicas em relação a este, ao tentar compreender o surto da pandemia da covid-19 e como isso impactou a vida de cada ser vivo, diríamos que vivemos uma experiência ampla de um pesadelo coletivo, de um mal-estar que “todo mundo teve”, pois, afinal, quem não sentiu a sensação de medo, isolamento e pequenez? Uma preocupação não só consigo, mas com todos ao redor, com o mundo, com as crianças e principalmente com os mais velhos? O coronavírus foi algo que tomou parte íntima da rotina, inclusive obrigou todos à mudança na sua forma de viver ao nos depararmos com um entendimento amplo do que é adoecimento (GUIMARÃES e NASCIMENTO, 2020).

O vírus foi um agente microscópico que nos fez, de alguma maneira, pensar no coletivo e notar com mais atenção o que a natureza está nos mostrando ao redor, como vivemos e como se dão as relações entre o homem e o meio ambiente, o capitalismo e o meio ambiente, o desenvolvimento e as mudanças climáticas. Dentro das mudanças que esse contexto nos trouxe, refletimos sobre a noção de cuidado e a importância das redes de apoio: foi um momento em que pensamos e sentimos o que é pertencer a uma comunidade, ou pelo contrário, o que é não pertencer e se situar na desconexão com os outros humanos e não humanos.

A covid, enquanto pandemia, também anunciou a urgência das mudanças climáticas – que foram ligadas aos diversos fatores que trouxeram a possibilidade de propagação desse vírus - e as eminências de repensarmos nossas trocas e intervenções no meio ambiente. Ainda mais estando nós, naquele presente, diante das evidências da interrelação entre as crises sanitárias, socioambientais e climáticas (BATISTA, 2023). O vírus expôs ainda mais a vulnerabilidade - além da já existente - das comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e outros territórios tradicionais, como bem pontua Elisângela Soldateli Paim na apresentação da obra “Resistências e Re-existências: Mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia” (2020).

Concomitantemente, a comunidade quilombola Sumidouro não foi exceção. Localizada na zona rural do município de Queimada Nova, sertão piauiense. Esse território, bem como diversos outros pelo Piauí e Brasil afora, ainda enfrenta dificuldades devido a déficits com relação ao acesso à saúde e direitos básicos, bem como com relação a trabalhos precarizados e desigualdades estruturais.

Para refletir sobre as questões mencionadas, nos baseamos nas relações do homem e o meio ambiente, nos debates sobre conhecimentos tradicionais de cuidado, corpo e de saúde, e da investigação dos impactos da covid-19 nas periferias urbanas e nas zonas rurais, desenvolvidos pelo Laboratório Matula - Sociabilidades, Desigualdades e Diferenças, do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, durante e pós-pandemia. Sendo resultado de pesquisas que já haviam sido iniciadas, o presente trabalho busca também se alicerçar no esforço de alimentar tais elaborações teóricas em torno dos conhecimentos tradicionais, no que diz respeito a suas estratégias de cuidado e como essas estratégias foram ativadas especificamente frente à pandemia da covid-19. As reflexões aqui expostas partiram das experiências compartilhadas pela comunidade quilombola Sumidouro (PI) e seus apoiadores.

Trocas que partiram da experiência etnográfica na comunidade, apoiada de entrevistas semiestruturadas, mas principalmente muitos ensinamentos que partiram de Nilson José dos Santos, liderança no Sumidouro; e de Maria Rosalina dos Santos, liderança do quilombo Tapuio, muito atuante na região. Tanto nas entrevistas quanto nas conversas, nos momentos de pausa para o café, nas trocas que ocorriam nas caminhadas pelos espaços do território do Sumidouro e da cidade de Queimada Nova, foram partilhas de sabedorias e vivências que foram moldando diversas percepções e dados que estão nesse artigo.

Muitos dos dados e entrevistas, formulados na pesquisa de campo, foram angariados desde 2020, quando a oportunidade de aprender e pesquisar com a comunidade se

abriram através das parcerias estabelecidas com Nilson José. A intenção principal da pesquisa voltou-se mais para a relação da comunidade com os megaempreendimentos de energia eólica que se instalaram na região. Entretanto, durante o campo etnográfico feito em 2022 (no período “pós-pandemia”), as experiências de campo revelaram diversos impactos da covid-19, assim como a maneira como as movimentações políticas foram estabelecidas diante da situação de crise mundial.

Desse modo, foi impossível ignorar a batalha que não só a comunidade Sumidouro enfrentou, mas que todos os povos e comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhos, quilombolas e populações rurais e periféricas urbanas enfrentaram na pandemia, enquanto imersos num país em que o governo exercia uma gestão antiambiental e genocida. Num momento em que as ações públicas (ou as ausências delas) indicavam diretamente “quem devia viver e quem devia morrer”, o “deixar morrer” é uma expressão crua da necropolítica (MBEMBE, 2016) racista brasileira.

Durante a pandemia, testemunhamos a negação por parte do governo brasileiro na garantia dos direitos territoriais. Políticas caracterizadas como “antiambientalistas e discriminatórias” (BATISTA, 2023, p. 14) impactaram negativamente a vida de diversas populações. Apontamos a relação com a natureza e seus sistemas de significado no que Nêgo Bispo (ou apenas Bispo) define como Biointeração (BISPO DOS SANTOS, 2015) e como essas relações se dão no Sumidouro em diálogo com um ethos de cuidado e compartilhamento, em consonância com estudos como os de Lemieux (1999) e Musso (2004), ou como define Plínio dos Santos em “Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses” (2014), para o contexto de sua pesquisa.

Assim, esse ethos do cuidado, e as redes de irmandades são formas de teias de cuidado, que interpretamos como uma categoria desses códigos comuns, conversando também com o que foi colocado por Tronto (2015) e De la Bellacasa (2010; 2012; 2020), como

uma rede promotora e sustentadora da vida. As teias de cuidado se materializam na ação e na proteção (identificação de uma necessidade e atuação para saná-la) dentro da comunidade: o medo da covid-19, a ameaça intensificada dos megaempreendimentos, o cuidado com a contaminação, o uso de saberes e tecnologias tradicionais para atravessar esse momento difícil, e a união das comunidades da região na luta política do movimento quilombola.

A luta se configura na busca pela garantia de seus direitos de saúde, território e qualidade de vida. Percebemos um movimento contínuo, que vai e volta, tecendo essa teia e camadas políticas do cuidado, fruto da luta das associações quilombolas da região. Uma busca de justiça muito articulada por Maria Rosalina, Nilson José dos Santos, Nêgo Bispo e todas as lideranças quilombolas do estado do Piauí, junto da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí (Cecoq), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Queimada Nova e a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq). Tudo isso no período em que a luta histórica por direitos básicos de Saúde Quilombola foi imprescindível para a preservação das vidas negras que habitam esses territórios tradicionais. Este artigo escreve sobre o que essas ações ecoam, quando ressaltam através de todos seus esforços que vidas quilombolas importam!

## Quilombo e comunidade quilombola Sumidouro

Em 2022, o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que pela primeira vez permitiu a autoidentificação como quilombola, registrou em 73 municípios do estado do Piauí, 215 localidades quilombolas (oficialmente delimitadas ou não). Só no estado são mais de 212 comunidades mapeadas, e dessas 88 já foram certificadas, mas apenas 19 tituladas (GOMES, 2015; LIMA, 2015; FCP, 2018 *apud* GOMES, 2018, p. 40). Esse dado aponta como, apesar de haver forte presença negra no estado, a



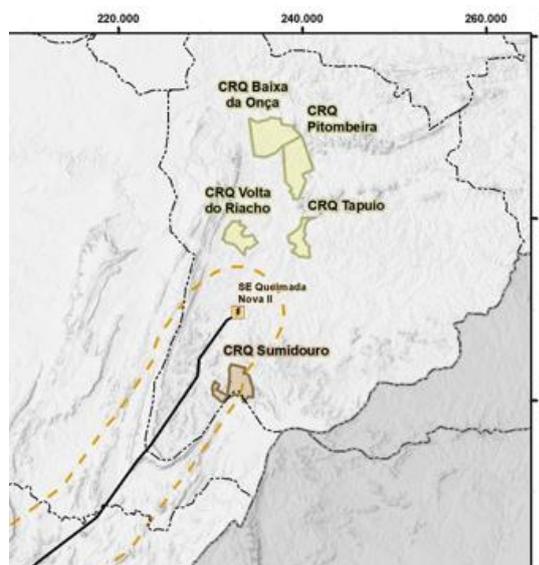
regularização das terras e o reconhecimento da identidade quilombola no Brasil e no Nordeste ainda é um desafio. Esse desafio também revela algumas lógicas hegemônicas, que partem do racismo e do capitalismo no esforço de fazer prevalecer a terra-mercadoria frente à terra-território, como aponta a pesquisadora Rosânia Oliveira Nascimento (2022).

Nesse sentido, ao se pensar quilombo, é necessário superar a antiga perspectiva estática de parte dos discursos hegemônicos. Ao conceituar “quilombo”, muitas vezes são considerados apenas “territórios e indivíduos geograficamente isolados, em que a apropriação da terra se deu unicamente pelo aquilombamento de escravizados fugidos do cativeiro” (RODRIGUEZ, 2006, p. 51). Propomos então o exercício de reconhecer uma visão mais dinâmica e contra-colonial, ao mesmo tempo menos reducionista da história, que abraça as subjetividades e diversidades e repensa o conceito de “quilombo” através de uma relação dialética entre presente, passado e futuro, memória e ressignificações.

Nessa abordagem a invenção cultural e a plasticidade étnica (ARRUTI, 1997, p. 24 *apud* RODRIGUEZ, 2006, p. 51) ganham espaço e ressignificam a ideia de “quilombo”. O exemplo da diversidade dessas formações sócio-histórico-culturais se faz presente no sertão piauiense, espaço de imensa diversidade étnica e fortemente marcado pelo campesinato negro. Em algumas regiões, a formação dos quilombos se deu através do protocampesinato negro, como é o caso da comunidade negra quilombola Sumidouro, localizada a 12 km da sede do município de Queimada Nova, dentro da 15ª microrregião do Alto Médio Canindé, como ilustram as figuras abaixo.

Figura 1 (à esquerda) - Localização do município de Queimada Nova no Piauí.

Figura 2 (à direita) - Zoom de mapa que situa a comunidade Sumidouro e as comunidades quilombolas<sup>1</sup> vizinhas.



Fonte (à esquerda): Wikipedia.

Fonte (à direita): Estudo do componente quilombola- ECQ da LT 500 KV OITIS 1, realizado pela Ecology Brasil para a Neoenergia (2020, p. 13, Figura 2-1).

A região da comunidade é compreendida pelo Semiárido nordestino, rodeada pela caatinga, bioma composto por solos rochosos e argilosos, que dão vida à vegetação local, bastante marcada pela presença de angicais, jatobás, umbuzeiros, “pés de imburana”, juremas, juremas pretas, palmas, pau d’arco, xique-xiques, catingueiras, e outras plantas da caatinga. A paisagem também é conhecida pelos seus grandes e antigos cactos, que por muitas vezes ocupam veredas inteiras e marcam forte presença na paisagem local.

<sup>1</sup> CRQ significa Comunidade Remanescente de Quilombo.

Para a apreensão dos aspectos sociais da comunidade Sumidouro, é relevante o entendimento das relações que se manifestam entre pessoas, comunidade, associações e lideranças. O território da comunidade em tela é interligado por aproximadamente 11 estradas e carreiros<sup>2</sup>. Na sua totalidade, possui mais de 930 hectares e é ocupada por 35 famílias, com mais ou menos 130 moradores no total. Segundo a tradição oral, a comunidade existe desde 1861, quando uma família de escravizados saiu em fuga das “terras de branco” e se escondeu “nas pedras que tinham água”, passando a viver ali e, aos poucos, recebendo outras famílias que se agregaram.

Assim, a estrutura de parentesco que conecta a comunidade se relaciona com os fundadores da mesma: Seu Mané e seu filho, Valentim dos Santos, que foi casado com Dona Catarina dos Santos e teve três filhos: Alberto Manoel dos Anjos, Maria Madalena e Raimundo Valentim, que seguiram dando continuidade e vida à comunidade, e lutando pelos direitos quilombolas.

## **Pandemia da covid-19, necropolítica e devastação do meio ambiente**

Como Barbara do Nascimento Dias e Silvia Guimarães analisam em seus trabalhos, a experiência do adoecimento é contextual, relacional e requer uma análise cotidiana, institucional e globalizada, assim como requer acompanhar as narrativas produzidas por sujeitos coletivos (GUIMARÃES e NASCIMENTO, 2020). Ademais, quando buscamos refletir sobre como certas situações reverberam em territórios originários, quilombolas ou tradicionais dentro do Brasil, precisamos partir de um olhar histórico onde assumimos que essas comunidades já se encontram enquanto sobreviventes de

---

<sup>2</sup> Um carreiro é um caminho local, espaço onde passam os pés, bois, jumentos, bicicletas, motos e as vezes carros; homens, mulheres, idosos, adultos e crianças dentro do seu território. Logo, são acessos diretos a este espaço, para percorrer seu lugar, ir à casa dos parentes, roça, reuniões na associação etc. O carreiro é ao mesmo tempo a expressão e memória de um território/identidade, lugar onde habita presente, passado e futuro em constante dinâmica.

práticas genocidas, bem como o novo contexto que se instalou com a pandemia da covid-19.

Tivemos que nos concentrar em como os povos e comunidades tradicionais foram afetados, inclusive como se mobilizaram nas estratégias de cuidado e apoio, e articularam práticas e políticas de saúde. Durante a pandemia, testemunhamos a negação por parte do governo brasileiro na garantia dos direitos territoriais. Em um contexto marcado por políticas caracterizadas como "antiambientalistas e discriminatórias" (BATISTA, 2023, p. 14), tais medidas tiveram profundos impactos na vida de diversas populações.

Comunidades mencionadas nos parágrafos acima enfrentaram uma série de desafios, incluindo desmatamento, invasão de territórios por parte do agronegócio, mineração e outros grandes empreendimentos, bem como o aumento das queimadas e da violência, alimentada pela facilitação do acesso a armas de fogo. Essa conjuntura exacerbou os conflitos territoriais, criando um cenário de tensão e instabilidade para as populações afetadas, de maneira mais intensa durante a pandemia.

Contexto no qual as populações que mais foram afetadas pela omissão, desrespeito e descompromisso do governo, no período pandêmico, foram justamente as populações pertencentes às periferias urbanas e áreas rurais, e na maioria das vezes negra. Como bem evidencia Antônio Bispo dos Santos (2015), os quilombos (bem como os territórios indígenas e outros que não se adequam ao imaginário macropolítico do momento) têm sido excluídos e atacados desde o seu primeiro fôlego. Canudos, Pau de Colher, Caldeirões e muitos outros foram agrupamentos de resistência negra violentamente exterminados, ainda mais tendo em seu modo de vida o território enquanto forte fator significativo da identidade e elemento imbricado com a vida e a existência dela mesma, não se encaixa nos projetos desenvolvimentistas do capitalismo neoliberal atuante na história do Brasil.

Por mais que as guerras escrachadas, a chacina e o recolhimento de cabeças não sejam mais tolerados, a gula neoliberal ainda encontra seu caminho e cava cada brecha – e a identificada aqui foi a criada pela covid-19 – que possibilite fincar seus dentes na terra. Antônio Bispo dos Santos coloca o estado do Piauí como um dos que mais tem resistido a esse tipo de projeto, justamente por ser um estado com forte presença quilombola. Em 2015, o autor também expõe os projetos de megaempreendimento no estado:

cinco hidrelétricas no Rio Parnaíba; instalação do Polo Industrial da Suzano Celulose; exploração de minério por grandes mineradoras como a Vale, GME4/Bemisa e outras; monocultura irrigada de cana de açúcar, soja, fruticulturas etc. Sendo esse processo chamado de última fronteira agrícola dos cerrados(...) (BISPO DOS SANTOS, 2015, p. 35).

Tendo assim noção das formas sutis e não sutis de invasões e apagamentos nos territórios quilombolas piauienses, e diante da ideia sobre a forma biointerativa que a vida das populações se constrói em seus territórios, podemos afirmar que as violações ambientais e territoriais consolidam uma política silenciosa (ou não) de extermínio da população quilombola. Afirmamos, inclusive, a pertinência das análises sobre “justiça ambiental” e “racismo ambiental” nessa análise de conflitos socioambientais vivenciados pelos quilombolas e territórios tradicionais no Piauí.

Desses contextos se aprofundam os danos e há maior comprometimento da qualidade de vida e saúde nas comunidades afetadas. Partindo disso, quando a pandemia “chegou”, se intensificaram os processos paralelos de violência, onde de um lado já havia questões territoriais locais, e do outro se inicia um processo de adoecimento causado por uma nova variante de vírus, o Sars-CoV-2. Durante a pesquisa realizada no Sumidouro, notamos a presença de projetos similares como os comentados por Bispo, projetos esses com os quais a comunidade vem lidando e contra os quais vem levantando sua voz na negação da exploração de seu povo e dos frutos de sua terra: suas águas, pedras e minérios.

Na investigação sobre essa história, Nilson José dos Santos em uma entrevista comenta que o primeiro conflito da região estava relacionado à escassez de água na região (semiárida), que esbarra na cobiça da administração municipal de Queimada Nova. A comunidade em 2017 também lidou com o desconhecimento de empresas requerendo seu território para exploração comercial do quartzito, seguido do avanço dos megaempreendimentos de energia na região, a partir de 2018. Desde então, importantes mudanças ocorrem, acompanhadas de conflitos territoriais que se relacionam diretamente com 4 empresas de energia e seus devidos parques eólicos.

Como exemplo<sup>3</sup> principal mencionamos aqui o projeto do parque eólico Lagoa dos Ventos<sup>4</sup>, o maior parque eólico em operação da América Latina agora instalado no Piauí. Como esse, os projetos eólicos entraram no território ou nas margens para a instalação de estradas, aerogeradores e linhas de transmissões dentro ou próximo do território quilombola. Durante a crise da covid-19, a comunidade estava num clima “de obras”, tendo que lidar com as transformações advindas da construção de estradas e obras na região, e todos os impactos advindos dessas grandes reformas. Em fevereiro de 2019, durante a pesquisa de campo, uma estrada em construção foi algo que marcou a chegada na comunidade.

---

<sup>3</sup> Enquanto exemplo, essa ideia foi adensada no artigo “A necropolítica ambiental nos quilombos de Ilha de Maré, Bahia, Brasil” (2020), publicado na *Amazônica, Revista de Antropologia*, em nome dos pesquisadores Bruna Pastro Zagatto (Université Libre de Bruxelles/Centre d’Étude de la Vie Politique - Cevipol) e Luiz Enrique Vieira de Souza (Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, Brasil). Ao relatar sobre os quilombos da Ilha de Maré- BA: “Ao converterem esse território tradicional em uma ‘zona de sacrifício’, os portadores do desenvolvimentismo aplicam conscientemente uma política que desencadeia sistematicamente o terror psicológico, o adoecimento dos corpos e a morte. Nesse sentido, o território de Ilha de Maré não seria apenas um ‘ambiente enfermo’ (FREITAS et al. 2012), mas sim um ‘ambiente da morte’. Visto sob esse ângulo, o desenvolvimentismo assume o caráter de uma ‘necropolítica ambiental’, que impõe às comunidades quilombolas um lugar intermediário entre a condição de sujeitos e objetos, privando-os não apenas de seus direitos constitucionais ou territoriais, mas os obrigando a conviver de uma maneira perversamente *sui generis* com a experiência inexorável da morte” (ZAGATTO e SOUZA, 2020, p. 264).

<sup>4</sup> O empreendimento Lagoa dos Ventos (PI-716 MW), o maior parque eólico em construção na América do Sul e instalado no estado do Piauí, nos municípios de Lagoa do Barro do Piauí, Queimada Nova e Dom Inocêncio.

Parte do trecho para chegada no Sumidouro estava interdito por trabalhadores que construía a estrada que de acordo com o site da empresa, Enel Green Power, “representa uma das maiores infraestruturas de energia do Brasil e será o motor sustentável para todo o setor econômico e de produção da América Latina”<sup>5</sup>. A respeito do tema, Seu Francisco da Silva, agricultor e morador do Sumidouro, em entrevista expõe:

[...] Aqui era em paz, não tinha perigo. Aqui você podia pegar um menino deste tamanho (indicou com as mãos o tamanho da criança) um e mandar numa casa ali. “Vá acolá menino fazer uma coisa na casa de um”, sem medo. Hoje tu não manda mais um menino de 10 anos sair assim, com medo dessas estradas aí, alguma coisa pode acontecer, e já não vai né...A um tempo atrás mandava sem medo, hoje ninguém conhece ninguém, é desse jeito.

Além disso, outras duas empresas privadas realizaram pesquisas antropológicas para requerer projetos de construção na área, e parte dessas pesquisas não puderam ser realizadas presencialmente, sendo as negociações sobre os empreendimentos feitas a distância junto da comunidade, e muitas vezes baseados em outros estudos. Nilson José dos Santos, liderança da comunidade ressaltou isso em diversas entrevistas, apontando para a importância da rede de articulação quilombola nesse momento, com apoio da Cecoq (Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí), Conaq (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos), e a presença de outras lideranças locais. Diante dessa situação, foi relatado que a postura das empresas visava apenas o lucro, e que eles já esperavam o desconhecimento das comunidades dentro dessas negociações.

Sendo assim, para se pensar os impactos da covid-19 em Sumidouro, é preciso primeiro reconhecer e apresentar as condições em que tal se encontrava antes mesmo da pandemia. Por mais que o Estado preveja ações para a proteção e promoção dessas áreas, a falta de investimento e a desonestidade burocrática deixam tais comunidades

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.enelgreenpower.com/pt/nossos-projetos/highlights/lagoa-dos-ventos-wind-project>. Acesso em 17/05/2024.

vulneráveis a ameaças como os megaempreendimentos supracitados. Essa vulnerabilidade é constantemente explorada por diversos atores. No contexto da covid-19, o governo de Jair Bolsonaro alimentou e se aproveitou das lacunas das políticas estatais e instaurou uma política de negligência efetivamente genocida, que levou à morte de milhares de pessoas.

Ademais, quando citamos a gula neoliberal, queremos evidenciar o movimento histórico neoliberal que, em tempos de crise e exceção, devora as práticas a favor da equidade, deixando buracos ainda mais extensos entre classes sociais e econômicas, os já marginalizados são empurrados mais ainda para a margem, e os privilegiados têm a vantagem da acumulação de riquezas, continuam em direção ao topo socioeconômico. Como o estado de exceção é histórico e constante nas comunidades quilombolas, evidenciados por Bispo dos Santos anteriormente, a rede de articulação quilombola da região sempre criou e desenvolveu estratégias de sobrevivências, de modo que elas foram ativadas, alimentadas e renovadas com o agravamento das condições com a covid-19.

Antes da pandemia, por exemplo, essa organização viu, nas ações mitigatórias<sup>6</sup>, construídas nos Estudos do Componente Quilombola no EIA/Rima e colocadas em prática no Programa Básico Ambiental Quilombola (PBAQ), um caminho para assegurar seu direito básico, mas também de buscar garantir a qualidade de vida da população e das gerações futuras. Nesse sentido, apesar da "relutância" com as empresas, o grupo focou em conseguir através das ações mitigatórias traçar estratégias de gestão pautadas nas verdadeiras necessidades da comunidade, como abastecimento de água, e construção de estruturas que facilitem os usos da terra e a mobilização cultural na comunidade.

---

<sup>6</sup> Políticas conquistadas com muita barganha, e ativação de redes políticas, para minimizar os impactos dos megaempreendimentos instalados.

Durante a pandemia, o governo utilizava a crise sanitária global para aprovar projetos desenvolvimentistas sem a prévia apreciação dos territórios — como foi evidenciado pela fala do então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, quando disse que era preciso aproveitar a oportunidade para “passar a boiada”<sup>7</sup>. Mas Sumidouro, com sua experiência comunal e de articulação política, principalmente no que diz respeito às estratégias para lidar com o aparato burocrático do Estado, conseguiu utilizar o argumento da crise sanitária para frear esses projetos.

### Das microestruturas: o medo

Alguns dias antes de a covid-19 ser anunciada como situação de calamidade pública, um dos moradores da comunidade, que pediu para seu nome ser preservado na pesquisa, havia ido a São Paulo, pois sua esposa precisava fazer um tratamento de saúde e ambos queriam visitar os filhos que moravam na cidade. No entanto, antes mesmo de o tratamento ser iniciado, o isolamento social foi recomendado e passou a ser fiscalizado pela polícia, o que impediu a realização do tratamento devido à paralisação nacional. Durante seis meses, o casal permaneceu em São Paulo em situação de isolamento, saindo de casa somente para comprar alimentos, frequentando o mercado, padaria e açougue. Nessas saídas, quando seu caminho cruzava com o da polícia, eram abordados de maneira autoritária e repreensiva, sendo questionados sobre seu destino e repreendidos quanto ao uso esperado da máscara de proteção.

Após esse período, o casal pôde retornar à sua casa, onde perceberam uma pequena melhora, pelo fato de estarem em sua casa. Mesmo assim, a situação de isolamento

---

<sup>7</sup> Em reunião ministerial no dia 22 de abril de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/02/09/interna\\_politica,1455560/salles-diz-que-infelizmente-nao-consegiu-passar-a-boiada.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/02/09/interna_politica,1455560/salles-diz-que-infelizmente-nao-consegiu-passar-a-boiada.shtml). Acesso em 17/05/2024

permaneceu. O morador deslocava-se somente entre sua casa e a roça, local de cultivo e cuidado com a terra, de onde tira o alimento e promove seu modo de vida. No entanto, não podia frequentar a feira da cidade, na qual vendia seus produtos e complementava os recursos necessários para a sua vida. Ele relata que muitos pararam de ir à feira e que ela ficou esvaziada durante esse período. No geral, os moradores qualificam esse período de isolamento como uma época “muito ruim”, durante a qual, no caso da família mencionada, os filhos entravam em contato constantemente com medo, pedindo que o casal permanecesse em casa, isolado, e que não saísse de jeito nenhum pois estavam muito vulneráveis.

O isolamento e o medo que o circunda aparecem como as consequências microestruturais da covid-19, que atravessaram vidas sem pedir licença e bagunçaram a rotina e as relações de afeto, trazendo uma névoa de tensão e tristeza constante que se instalou nas vidas das pessoas. Não poder encontrar vizinhos, visitar e receber parentes e amigos, circular nas feiras locais e permanecer dentro de casa atentaram contra os modos de vida desses povos, que se dão em relação o tempo inteiro. Não existe trabalho remoto na roça e lidar com os bens materiais se faz pela palavra, pelo aperto de mão e pelo olho no olho que oferece o espaço de venda das feiras para os pequenos produtores.

Ter que aceitar o isolamento e o distanciamento como estratégia de sobrevivência feriu as estratégias estabelecidas anteriormente, que se dão através das associações, das famílias, do cuidado e relação íntima com o outro e com o território. "Isolar-se está causando sofrimento mental entre os Tupiniquim" (GUIMARÃES e NASCIMENTO, 2020, p. 280), bem como isolar-se causou sofrimento mental no Sumidouro. Ou seja, no âmbito microssocial, a chegada da covid-19 trouxe, como pano de fundo, um medo generalizado entre os povos tradicionais. Medo da chegada de novas pessoas nas comunidades, medo dos megaempreendimentos encontrarem brechas para adentrar os territórios, medo de perder os parentes e medo de ser responsável pela morte do

outro. Assim, falar sobre medo, o sentimento do medo, de insegurança e de solidão é pensar o adoecimento de forma ampla, como uma "experiência contextual e relacional" (GUIMARÃES e NASCIMENTO, 2020, p. 257).

Na comunidade de Sumidouro, identificamos que essas relações permeiam diversas camadas sociais. É este movimento que estamos fazendo dialogar com a ideia de cuidado e suas teias que promovem a vida. Elas perpassam os âmbitos pessoal, familiar, e, bem como as redes de apoio que provêm do movimento negro quilombola da região. Alianças construídas através de um ethos de cuidado e compartilhamento, resultando na formação ao longo do tempo de redes de resistência coletiva entre as comunidades quilombolas. Essas redes sociais são dinâmicas, interativas e não hierárquicas, guiadas por interesses comuns, como recursos, informações e solidariedade, em consonância com estudos como os de Lemieux (1999) e Musso (2004).

A formação dessas redes no contexto quilombola, baseada em laços de união entre diferentes gerações e famílias, visa não só promover o desenvolvimento de projetos comuns, como o projeto camponês<sup>8</sup>, mas também defender os direitos da comunidade. E dentro da ideia de "rede que se tece", a "rede de cuidado" que tentamos evocar aqui se mostra como parte inserida no todo da "rede de articulação quilombola piauiense".

Pesquisas posteriores, como o estudo das "redes de irmandade na pós-abolição entre comunidades negras rurais sul-mato-grossenses" (PLÍNIO DOS SANTOS, 2014), evidenciam a presença dessas redes sociais. Embora a rede de articulação quilombola possa se diferenciar da rede-irmandade, compartilha semelhanças em sua estrutura e funcionamento, onde os novos nós compartilham códigos comuns, como o projeto

---

<sup>8</sup> A noção de "projeto camponês", referida por Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos, traz outra vez as noções de terra, família e trabalho, como pontuado por Klaas Woortmann (1990). Esse projeto que conecta a reprodução social é vital para manutenção dos habitus camponeses que guiam práticas individuais e coletivas, alimentando a conformidade de ações e sua recorrência temporal.

camponês e a defesa dos direitos quilombolas, interagindo por interesses compartilhados, conforme conceituado por Radcliffe Brown (1973) como "interesse".

Queremos insistir e expor que a chegada da vacina nas comunidades se deu por conta da articulação quilombola e sua experiência e eficácia na reivindicação de direitos, bem como pela resistência do Sistema Único de Saúde (SUS), na pessoa de seus técnicos e servidores. Apesar do desmonte e das falhas, o SUS batalhou para agir junto a essas comunidades e trazer segurança e cuidado através das campanhas de vacinação.

A articulação quilombola, - no caso do Sumidouro com Nilson e Maria Rosalina que, deslocando-se de comunidade em comunidade, família em família, arriscando a segurança de suas saúdes - reivindicou direitos perante os governos e aos municípios para que os territórios quilombolas fossem considerados grupos prioritários na campanha de vacinação. O SUS, por sua vez, lutou contra o governo de Bolsonaro que negou a ciência e retardou a compra e/ou fabricação das vacinas, atrasando o processo e causando a perda de milhares de vidas desnecessariamente.

Enquanto grande parte da população brasileira (especificamente dentro das comunidades) as pessoas estavam preocupadas em cuidar umas das outras, acolher os outros, alimentando relações que confortam e trazem segurança, a estratégia política do então presidente da República e seus aliados foi em uma outra direção. Uma que buscou utilizar desse medo, do isolamento, da desmobilização política por falta da possibilidade de encontro e articulação entre pessoas, para passar projetos de degradação ambiental e desmonte de direitos — tudo isso ao invés de garantir a chegada e o acesso da vacina e boas condições para a diminuição da circulação de pessoas, assim como o atendimento qualificado nas unidades de saúde.

## Estratégias de vida e as teias de cuidado que sustentam e promovem a vida

As comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, sertanejas, caiçaras e tantas outras que compõem o arcabouço do tradicional (LITTLE, 2018) nascem de mãos dadas com movimentos de fuga e de isolamento, e os modos de vida dessas comunidades estão intimamente entrelaçados com a terra. Dentre os múltiplos fatores que podem explicar as condições de existência e resistência dessas pessoas, destacamos duas ideias. A primeira, no âmbito macrossocial e político, refere-se à chegada de recursos e políticas públicas para lugares, pessoas, culturas e classes sociais historicamente excluídas.

A segunda, no âmbito de uma perspectiva microsocial, diz respeito aos laços e alianças, através de um ethos do cuidado que costuram o que (BISPO DOS SANTOS, 2015; TRONTO, 1993; DE LA BELLACASA, 2010; 2012) chamam respectivamente de biointeração, teias sustentadoras da vida<sup>9</sup> e ética do cuidado. É importante apontar que, por mais que, didaticamente, escolhamos separar essas duas dimensões, a orientação moral e ética para o cuidado que circunda o ser e estar no mundo de comunidades como o Sumidouro, transborda o nível interpessoal e cotidiano e sustenta também as costuras políticas que essas comunidades tecem para garantir sua própria existência coletiva.

Tronto e De La Bellacasa insistem em elaborar conceituações para a ideia de cuidado e ética de cuidado que sejam tão vagas quanto possível, sem deixar de explorar seus inúmeros entendimentos possíveis, como estratégia para fugir da essencialização e romantização do cuidado dentro da tradição teórica que o elabora. Desse modo, retomamos aqui as sugestões de Tronto como um artifício didático que ajude a localizar o cuidado que percebemos e identificamos nas relações e ações cotidianas e políticas dentro do Sumidouro. Para a autora, cuidar tem aspectos tanto práticos quanto morais e políticos que se entrelaçam nas costuras de uma sociedade, uma cultura.

---

<sup>9</sup> Tradução livre das autoras.

Para se apreender o lugar do cuidado é preciso circunscrevê-lo primeiro como algo que se faz em relação — que implica olhar, perceber e se importar com coisas, pessoas, plantas e diversos outros que vão além de si mesmo, do indivíduo — e perceber e se importar com (*care for*)<sup>10</sup>, cuidar de, implica algum tipo de ação prática no mundo. Por fim, essa prática está orientada para promover um mundo “tão bom quanto possível” (TRONTO, 1993)<sup>11</sup>.

Para melhor exemplificar tal aspecto do cuidado - um aspecto presente, de diversas formas, em todas as culturas, social e politicamente, tanto como fato, atividade pontual, quanto como processo - a autora elenca quatro aspectos do cuidado, eles são: Se importar com: perceber uma necessidade e endereçá-la. Cuidar de: assumir responsabilidade pela necessidade identificada. Dar cuidado, cuidar: todas as atividades que se entrelaçam para realizar o cuidado materialmente. E por fim, receber cuidado: que é quando identificamos que o cuidado atingiu seu fim.

O cuidado — se importar com, cuidar e receber cuidado — envolve uma ampla gama de ações e pensamentos que se entrelaçam com as contribuições de De La Bellacasa. São também disposições que envolvem afetos, modos de estar no mundo (éticas) e modos de fazer o mundo (práticas). É essa dimensão abrangente do cuidado que oferece uma liga para todos os fios de ações costurados nessa teia que sustenta a vida. Tal noção, de teia, é adotada tanto por Tronto como por De La Bellacasa para dar conta de uma imagem que possa trazer para um lugar mais palpável essa coisa abrangente que é a ideia de cuidado.

Nas suas incursões teóricas, De La Bellacasa procura então trazer para perto da ética de cuidado a ética da permacultura, que, segundo a sua análise, também propõe um modo

---

<sup>10</sup> Em inglês a expressão “care for” é utilizada tanto no sentido de “cuidar de”, quando de “se importar com”. De modo que aqui “importar-se com” precisa ser lido no sentido de “cuidar de”, como faces de uma mesma moeda.

<sup>11</sup> Tradução livre das autoras.

de ser e agir no mundo que entende que é preciso cuidar e promover a vida de tudo aquilo com que nos relacionamos, humanos e não humanos, que contribuem para a vida, mas a vida que seja tão boa quanto possível.

A vida tão boa quanto possível, a partir dos princípios da permacultura, é evidenciada nos próprios mantras (em sentido figurativo) que guiam tal movimento, sendo eles cuidar da terra, cuidar das pessoas e redistribuir/devolver o excedente<sup>12</sup>. Cuidar da terra, então, é a evidência da qualidade da ética do cuidado que envolve relação entre humanos e não humanos, ou mais que humanos.

A escolha de Maria Rosalina, ao se deparar com uma necessidade (identificar um lugar em que faltava cuidado): a vulnerabilidade de sua comunidade e comunidades vizinhas, frente à covid-19, foi auxiliar e, às vezes, acompanhar pessoalmente, batendo de porta em porta, as relações entre pessoas e elencando suas necessidades; articulando-as para dar corpo a um pleito o mais encorpado e impactante possível, além de preciso (sem deixar faltar cuidado para ninguém). Identificou a necessidade, mapeou quem e onde precisava chegar, com precisão e ainda articulou politicamente essa demanda, fazendo chegar a vacina, que foi recebida e assim protegeu muitas vidas (o cuidado foi recebido).

Se Tronto nos permite apreender a ideia de cuidado, De La Bellacasa nos permite expandi-la e usar de sua noção abrangente e ambivalente para conectá-las com outros, como Bispo, que propõem e realizam jeitos de viver que são cuidadosos, para com todos, que entendem as relações entre as coisas, pessoas, plantas, e que ainda, essas relações têm de ser alimentadas para que sejam sustentadoras e promotoras de vida, não o contrário.

Nesse sentido, trazer a ideia de biointeração, concebida por Bispo (BISPO DOS SANTOS, 2015), é respeitar a produção de conhecimento quilombola brasileira, e ser coerente e

---

<sup>12</sup> “Care of earth /care of people /return of the surplus “, De La Bellacasa, 2010, p. 1

cuidadoso ao utilizar uma base teórica contra-colonial e local, assim como nos orienta Maria Sueli, “Bispo nos ensina a pensar pela materialidade, pela experiência vivida em substituição às tradicionais categorias analíticas abstratas (...)” (BISPO DOS SANTOS, 2015, p. 112)<sup>13</sup>. Biointeração, portanto, é a palavra escolhida pelo autor para designar essa relação cuidadosa entre humanos, outros humanos, não humanos e mais que humanos, que se dá de forma prática, ancestral e cotidiana na sua comunidade quilombola - bem como no Sumidouro, como estamos tentando demonstrar aqui. Uma relação que tende ao equilíbrio, que não busca o excedente e que cuida dos atores presentes da relação.

Para Bispo, por exemplo, a biointeração se dá quando a comunidade se movimenta para pescar, não são retirados mais peixes que o necessário do rio, porque o rio é o melhor lugar para guardá-los, e que a quantidade que cada pescador leva para a casa é a ideal para alimentar sua família por um certo período e, caso um pescador pesque mais do que o outro, o excedente será redistribuído na comunidade de forma a alcançar esse equilíbrio. No Sumidouro, então, esse tipo de interação se dá, por exemplo, na interação com as plantas medicinais que são utilizadas, também, durante a pandemia da covid-19. As plantas são cultivadas nos quintais e/ou coletadas na Caatinga, o conhecimento sobre suas propriedades medicinais é ancestral e reatualizado cotidianamente, e não é acumulado, intencionalmente, em uma pessoa ou uma só família, ele está disponível para quem se interessar e muitas vezes oferecido, com a preocupação de garantir a existência desse conhecimento para o futuro, porque ele é importante para a permanência da comunidade.

Cuidar da comunidade é garantir sua existência, melhor possível, com a ajuda das plantas, cujo motivo e propriedade são manejados de maneira biointerativa cuidadosa, o que faz com que esse conhecimento, o objeto do conhecimento e o propósito do

---

<sup>13</sup> Retirado do posfácio escrito por Maria Sueli Rodrigues de Souza, na obra de Antônio Bispo dos Santos (2015).

conhecimento permaneçam, promovidos através do tempo. A biointeração é o exemplo teórico-prático local que demonstra o que De La Bellacasa especula como ética do cuidado. Estamos pensando o cuidado de maneira mais ontológica e menos moral. Não queremos identificar um modo puro e romantizado de viver, ser e cuidar, mas uma base ou fundo de pensamento e ação que entende a conexão entre as coisas e as pessoas, as coisas e as coisas e as pessoas e as pessoas, bem como os animais. Tudo está conectado e merece atenção. Tudo pode ensinar, bem como as conexões que sustentam essa “terra mundo” (VERON e GUIMARÃES, no prelo, p. 7).

O que observamos aqui é que dentro dessas teias nascem as estratégias locais para resistir ao descaso (necropolítica), muitas vezes intencional e assassino do Estado e dos governos que o habitam em cada ciclo. Nessa direção as redes de cuidados pedem uma interpretação ampla quando “viram” teia; são muitas direções, sentidos e atores em crescimento constante e compartilhado. Ela está para além dos itinerários e relações estabelecidas na busca pelo cuidado terapêutico, associado à saúde física, por mais que a noção de saúde seja ampla.

Dentro desse contexto é válido reforçar a forma com que a natureza é incorporada nos sistemas de significado por populações específicas. No caso do universo diverso dos povos quilombolas, indígenas e tradicionais, num todo se contemplam um universo possuidor de uma sabedoria com relação aos elementos vitais, como coloca Antônio Bispo dos Santos, já indicando que temos muito o que aprender com essa “relação respeitosa, biointerativa de todos os elementos vitais” (BISPO DOS SANTOS, 2015, p. 90). O conceito de biointeração e confluência desenvolvida pelo pensador quilombola piauiense é indispensável para dar continuidade à reflexão que aqui colocamos, e que José Jorge de Carvalho, ao apresentar o livro “Colonização e Quilombos: Modos e significações”, sintetiza bem:

Em torno da ideia de biointeração, Bispo desenvolve dois pares de conceitos especialmente notáveis pela sua potência filosófica: a diferença entre a reedição dos processos da natureza, que define a prática escolhida pelos povos tradicionais, e a de reciclagem, alternativa menos ruim que resta para os que seguem o modelo insustentável do consumo capitalista ilimitado. Complementar a essa diferença ele coloca outra: a confluência que rege o convívio regenerador dos elementos da natureza, em oposição à transfluência, pela qual se mistura, de um modo destrutivo, aquilo que não se ajunta e que não pode regenerar. (BISPO DOS SANTOS, 2015, p. 14).

Entendemos por cuidado e suas redes as relações e ações que promovem a vida. No caso das comunidades quilombolas, a partir do exemplo da comunidade do Sumidouro esse cuidado se revela em práticas e relações de compartilhamento de conhecimentos, experiências, bens e oportunidades de modo a promover um bem-estar coletivo, a partir do qual a comunidade se cuida, resiste, vive e continua a vida junta.

Esse modo de ser, viver, existir e resistir é qualificado por Bispo como biointerativo, nessa perspectiva, tudo o que se faz está conectando e conectado com as pessoas, os animais, as plantas, a terra, a água, o ar e a vida. Desde as tecnologias de pesca, o uso de recipientes feitos de palha para transportar os peixes, que quando não puderem mais ser utilizados serão retornados à terra e servirão de alimento às palmeiras das quais retirou-se a palha em primeiro lugar. Ou os momentos coletivos para o feitiço de farinha de mandioca. Até as reverberações desse modo de ser em quilombos como Palmares ou o Sumidouro e sua resistência coletiva frente à necropolítica do Estado.

Outro exemplo de práticas diárias no Sumidouro, que evidenciam essas redes e apareceram nas entrevistas realizadas, são as caronas. O compartilhamento de carros que permitem o acesso aos equipamentos do SUS mais próximos, ou a feira semanal na região urbana. O compartilhamento de receitas e conhecimentos acerca de remédios caseiros à base das plantas medicinais da região. O compartilhamento de informações que uma liderança quilombola como Nilson José promove ao se deslocar para outras comunidades e partilhar sua experiência, a experiência de sua comunidade a partir de um processo de identificação de território. Ou ainda, as movimentações de lideranças e

referências mais difundidas e popularizadas dentro do movimento quilombola que dizem respeito a evidenciar e promover a juventude e as novas lideranças a partir e dentro dos espaços conquistados por esses mais antigos.

Para além, durante o processo de escrita deste ensaio, procuramos Antônio Bispo dos Santos para conversar sobre as redes de cuidado e as resistências coletivas das comunidades quilombolas. Neste momento, através de sua prática, com poucas palavras, Bispo nos ensinou muito sobre como alimentar e nutrir essas redes. Assim, ele compartilhou do seu lugar em evidência e promoveu a continuidade do movimento ao sugerir que procurássemos as novas e jovens lideranças do movimento que precisam também estar em evidência.

Gostaríamos de pontuar como são tecidas essas teias de cuidado a partir de Maria Rosalina dos Santos, no contexto de enfrentamento à covid-19 (exposto na seção anterior). Nós vemos a liderança como um nó desta teia, a partir do seu relato e explicação sobre sua atuação enquanto ponte entre o Estado e as comunidades quilombolas do Piauí e conseqüentemente nas comunidades entre si. Quando, como discorrido anteriormente, ela ficou responsável por articular e coordenar a chegada da vacina a partir dos municípios em cada comunidade, e de monitorar o andamento da pandemia, dos números de casos e óbitos, bem como o passo a passo da campanha de vacinação.

São muitas as partes envolvidas com esse nó nessa teia, e Maria Rosalina faz a conexão entre os municípios e os territórios, onde entre um e o outro existem relações entre pessoas (quilombolas), entre pessoas e território, e o território é feito de relações entre pessoas e plantas, águas, animais, história e ancestralidade. Existem também relações entre associações, entre lideranças, entre associações e municípios, entre municípios e territórios, entre municípios e estados etc. Todos esses nós relacionais fazem parte dessa teia multidimensional, multitemporal, com multipessoas, multinaturezas e

multidireções. Um todo articulado que os agentes quilombolas compartilham, confluem<sup>14</sup> (BISPO DOS SANTOS, 2015), coordenam e costuram para cuidar, lutar, resistir e promover a vida.

Foram as relações entre Conaq, Rosalina, comunidades e comunidades quilombolas do Piauí, no que diz respeito ao monitoramento da covid-19 e à difusão de estratégias de cuidado, como o fechamento das comunidades para visitantes, que tornaram possível o enfrentamento da pandemia e a conquista de direitos, como a chegada da campanha de vacinação nas comunidades quilombolas como grupo prioritário.

## Considerações finais

A partir das trocas com a Comunidade do Sumidouro nos deparamos com a resistência histórica de uma comunidade e uma história partilhada com diversos povos que carregam a trajetória de exclusão e descaso e conseqüentemente de resistência, luta e conquista de direitos frente ao Estado brasileiro. Essa condição se intensificou durante a pandemia da covid-19, agravada pelo descaso da gestão do então presidente da República.

As perdas de direitos e as incertezas da democracia, que ora vivenciamos, não são eventos “soltos” no tempo e no espaço. Ao contrário, estão vinculadas à história econômica, política, jurídica, sociocultural, a seus processos interseccionados e aos sujeitos atuantes. Podemos entender a pandemia da covid-19 enquanto um indicador dessas perdas, da devastação da natureza, e do potencial explorador e destruidor do homem capitalista neoliberal. O vírus nos forçou a um isolamento e nos obrigou a nos perceber nas relações com aqueles que constituíam a nossa “comunidade” e pensar

---

<sup>14</sup> Confluência é a lei que rege a relação de convivência entres os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se ajunta se mistura (...)" (BISPO DO SANTOS, 2015, p. 89).

politicamente sobre que comunidade é essa. Por estarmos tão dentro das nossas próprias vidas, dentro da cidade ou do campo, coube à nós humanos questionarmo-nos sobre nossas formas de consumo, quais as prioridades dos nossos governos, mas também nossa produção de lixo, insegurança alimentar, e diversos outros temas, e essa onda ao passar pelo Brasil elucidou mais ainda, expôs à luz do dia as ausências de um Estado precário, injusto e indiferente a grande parte da sua população.

Dessa maneira, buscamos nesse trabalho reunir análises que partem das movimentações dos sujeitos que viveram o processo, e as articulações quilombolas observadas no contexto da comunidade Sumidouro e da região, e a partir desse estudo de caso, pensar o papel das relações que lemos como “teias de cuidado”, tecidas de maneira comunitária e política, para a resistência histórica desses povos e aos novos desafios e adoecimentos trazidos pelo governo em questão junto à crise sanitária.

Pensar as estratégias de cuidado e perceber a multiplicidade das lutas dos territórios tradicionais é de suma importância, visto que são essas movimentações que garantem e garantiram a vida em um país que é exemplo mundial de descaso e necropolítica, fato que foi descaradamente evidenciado durante a pandemia. Nesse sentido, abordamos esse tema a partir de um caso (ou um exemplo) baseado numa comunidade do sertão do Piauí, para como nos inspira o escritor Daniel Munduruku, mais uma vez, termos a oportunidade de aprender com os povos tradicionais, e talvez com outros “conceitos, abordagens e paradigmas”<sup>15</sup> que possam ajudar o Brasil a valorizar e repensar sobre sua

---

<sup>15</sup> Trecho de entrevista do décimo oitavo episódio da nova temporada de CNN Nosso Mundo, com o escritor e doutor em educação, Daniel Munduruku. “O programa abordou as constantes ameaças contra os povos indígenas no Brasil. Em plena pandemia, os povos indígenas enfrentam grandes desafios. Quase 700 mortes pela Covid-19 já foram confirmadas pela Secretaria Especial da Saúde Indígena. Mas o número de óbitos pode ser ainda maior, já que grupos internacionais denunciam a subnotificação de mortos e contaminados nas quase 7 mil comunidades espalhadas pelo país. Além disso, os povos indígenas denunciam sistematicamente casos de assassinatos, torturas, incêndios criminosos e invasões de terras.” Entrevista realizada por Lia Bock, Thais Heredia e Rita Wu. O comando do programa foi de Luciana Barreto. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=9pPMk96mW7U&t=1671s&ab\\_channel=CNNBrasil](https://www.youtube.com/watch?v=9pPMk96mW7U&t=1671s&ab_channel=CNNBrasil). Acesso em 21/05/2021.

identidade e as vidas que permeiam esse território vasto, caminhando para um futuro diverso que reconhece sua base ancestral.

O que entendemos é que o contexto pandêmico de alarde serviu para intensificar e revelar as dificuldades e perigos já existentes, bem como comprovar a eficiência das alianças e outras tecnologias de cuidado que essas comunidades desenvolveram. No caso do quilombo Sumidouro, as lideranças relatam como as problemáticas com as burocracias, as dificuldades de locomoção e o acesso a mercados e locais de venda de produtos se aprofundaram. Ao mesmo tempo, a ativação do senso de cuidado com o outro floresceu a partir do modo de ser e fazer já existente, dando continuidade a resistências ancestrais.

Os momentos de convívio com o outro é o lugar privilegiado da organização social e política, o convívio cuidadoso é o fio que tece essas teias de relações éticas que são a trama fortificada da união, organização e mobilização de um povo. É essa “tecnologia” por assim dizer, que foi desenvolvida e oferece a base para a resistência e promoção da vida dentro das comunidades quilombolas.

Nesse sentido, biointeração (BISPO DOS SANTOS, 2015), ética do cuidado (TRONTO, 1993 e DE LA BELLACASA, 2012) parecem ideias confluentes (BISPO DOS SANTOS, 2015) que possibilitam voltar nosso olhar para as maneiras como as relações são estabelecidas dentro das comunidades, o que as fortalece e o que nós, enquanto sociedade ocidental, individualista e solitária, podemos aprender a partir de outras experiências sociais.

## Referências

- BATISTA, Hellen Rodrigues. Resistências e Re-Existências: mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 12, n. 26, 2023, p. 367-373.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. Entrevista com Antônio Bispo dos Santos. [s.l.], **Coletiva**, 2024. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-emergencia-climatica-n27-entrevista-com-antonio-bispo>. Acesso em 07/05/2024.
- \_\_\_\_\_. **Colonização. Quilombos: modos e significados**. Brasília, DF: INCTI/CNPq/UnB, 2015.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Plano de enfrentamento da pandemia covid-19 para povos e comunidades tradicionais**. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas/plano-de-enfrentamento-da-pandemia-covid-19-para-povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em 07/05/2024.
- CAATINGA, **Hierarquias e Pandemias**. [s.l.], Inesc, [s.d.]. Vídeo. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/video-caatinga-hierarquias-e-pandemias/>. Acesso em 07/05/2024.
- DE LA BELLACASA, Maria Puig et al. O pensamento disruptivo do cuidado. **Anuário Antropológico**, v. 48, n. 1, 2023, p. 108-133.
- DE LA BELLACASA, Maria Puig. 'Nothing comes without its world': thinking with care. **The sociological review**, v. 60, n. 2, 2012, p. 197-216.
- DE LA BELLACASA, María Puig. Ethical doings in naturecultures. **Ethics, place and environment**, v. 13, n. 2, 2010, p. 151-169.



GUIMARÃES, Sílvia Maria Ferreira; NASCIMENTO, Bárbara do. Os povos Indígenas no Brasil e Pandemia da Covid-19. In: DUARTE, Aldira Guimarães; AVILA, Carlos F. Domingues (Orgs.). **A Covid-19 no Brasil: ciência, inovação tecnológica e políticas públicas**. Curitiba: CRV, 2020.

GUIMARÃES, Sílvia Maria Ferreira. **O povo indígena Sanõma/Yanomami e a trilha de adoecimentos na pandemia da Covid-19**. 2021.

\_\_\_\_\_. Olhares diversos sobre pessoas e corporalidades: os saberes e práticas de terapeutas populares na região do DF e entorno. In: DIAS DA SILVA, Cristina; GUIMARAES, Sílvia Maria Ferreira (Orgs.). **Antropologia e Saúde: diálogos indisciplinados**. 2017.

INUMERÁVEIS - **Vidas**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/>. Acesso em 07/05/2024.

LIMA, Eudasio Lelis. **Direito à vacina: Políticas Públicas para as comunidades Quilombolas durante a covid-19**. Trabalho de Conclusão de Curso I. Guanambi - BA: UNIFG, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/23551>. Acesso em 07/05/2024.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, 2016, p. 122-151.

NASCIMENTO, Rosânia Oliveira do. “A Torrinha acordou pra luta”: a comunidade quilombola Torrinha-BA frente ao racismo estrutural no acesso à propriedade. 2022. 149 f., il. Dissertação. Mestrado em Antropologia Social. Brasília: Universidade de Brasília, 2022.



NÊGO BISPO: Vida, Memória e Aprendizado Quilombola. [s.l.], [s.d.]. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gLo9ZNdgJxw>. Acesso em 07/05/2024.

QUILOMBOS em Covid-19. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://quilombosemcovid19.org/>. Acesso em 07/05/2024.

RODRIGUEZ, Vera. De Gente da barragem a Quilombo da Anastácia: Uma etnografia dos processos étnicos e políticos no sul do país. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (Org.). Prêmio ABA/MDA **Territórios Quilombolas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barboza. **Fiéis descendentes**: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses. Brasília: Editora UnB, 2014.

\_\_\_\_\_. Maria do Povo: etnografia de uma resistência no semiárido piauiense. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 43, 2014.

VERON, Valdelice; GUIMARÃES, Sílvia. **A multiplicação do múltiplo, comunalismo e tensionamentos indígenas no Brasil**. (no prelo).

VERON, Valdelice; GUIMARÃES, Sílvia. **Sobre máscaras, fumaça e fogo doméstico**: experiências das mulheres Kaiowá na pandemia da covid-19. 2020.

